

Movimentos de oposição à ditadura no jornal goiano O Popular em 1968¹

Thales Luan Pereira DIAS²

Carolina Abbadia MELO³

Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO

Resumo

O artigo apresenta o contra-agendamento, em termos espaço ocupado no jornal, conquistado pelos movimentos de oposição de Goiás ao regime militar no jornal O Popular no segundo semestre de 1968. Para isso, foram identificados os movimentos regionais de oposição que ocuparam espaço no jornal, seja levantando pautas, seja enquanto fontes jornalísticas. Observou-se que o movimento que ocupou maior espaço no jornal ao longo do segundo semestre foi o movimento estudantil goiano.

Palavras-chave: ditadura militar; movimentos de oposição; imprensa goiana; 1968.

O Brasil em 1968 estava no segundo mandato do Regime Militar, tendo na presidência o general Artur Costa e Silva. Com o golpe civil militar instaurado em 1964 no país, o regime democrático foi posto de lado e o presidente militar ganhava poder para governar por decretos ou Atos Institucionais, o que dava vazão a uma política autoritária (REIS, 2008).

A oposição partidária passou a ser representada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que uniu a oposição vinda do PTB e do PSD e foi criado a partir do Ato Institucional nº 2 (AI-2), em 1965, que suprimiu o multipartidarismo. Os partidos do governo se constituíram junto a Aliança Renovadora Nacional (Arena) (BARROS, 2003).

Entretanto, além da oposição partidária, em 1968, o governo também era atingido por outros grupos, segmentos e movimentos políticos que se posicionavam contra o governo militar. Dentre eles, os estudantes conquistaram bastante foco e mídia durante o ano. Mas houve ação dos operários (com revoltas como a de Contagem em Minas Gerais e Osasco, em São Paulo), partidos clandestinos como o PC (Partido Comunista), intelectuais e até mesmo da Igreja, que no princípio apoiou a ditadura militar, mas em 1968 passou a atuar também na oposição. (RIDENTI, 2008)

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática de Jornalismo, da Intercom Júnior – XI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Discente do curso de Jornalismo da PUC-GO. Email: thalesluan_07@hotmail.com

³ Orientadora do Trabalho. Pesquisadora e docente da PUC-GO. Email: casadetijolo@gmail.com.

De toda forma, os que mais se posicionaram publicamente contra a gestão do governo militar foram os estudantes. Em sua maioria formaram frentes de oposição ao governo e foram às ruas como forma de mostrar o descontentamento com o regime, tendo seus interesses como bandeira, mas também lutando contra as restrições de liberdade e a repressão. Entre as bandeiras particulares, o ensino público, médio e superior de qualidade; mais vagas nas universidades federais, mais grêmios acadêmicos; investimento em pesquisas científicas; democracia e liberdade de expressão e pedidos para chamadas de vagas excedentes (estudantes que obtiveram notas que atingiram o ponto de corte, mas não foram convocados devido ao número baixo de vagas nas universidades). (RIDENTI, 2008)

Apesar dos estudantes serem um grupo forte de oposição, eles não eram concisos, não falavam a mesma língua, assim como também ocorria com movimentos e partidos de oposição de forma geral. (REIS, 2008)

Em meio ao cenário de ampla movimentação e ação da sociedade civil em 1968, o governo militar temendo uma contrarrevolução instaurou o AI5 (Ato Institucional nº5) no dia 13 de dezembro de 1968 que reverberou até o fim do regime. A medida permitia ao presidente fechar o Congresso, cassar e suspender mandatos, direitos políticos de qualquer cidadão e permitir prisão por qualquer ato considerado contrário à ideologia do governo. Com isso, deputados e políticos de âmbito geral tiveram seus mandatos cassados e alguns chegaram a ser presos. Dentre os presos estavam jornalistas, artistas, intelectuais e líderes sindicais e estudantis. (RIDENTI, 2014)

Com o AI-5 muitos movimentos se extinguíram ou se enfraqueceram a ponto de não se reerguerem, sem seus líderes e com forte pressão e represália a oposição ficou fragilizada. (RIDENTI, 2014)

Estabelecendo um panorama geral sobre a ditadura militar em Goiás, o que se vê é um cenário de replicação. Os fatos nos eixos Sul e Sudeste tinham reflexos em Goiás, principalmente em Goiânia. Em 1968, o governador de Goiás, Otávio Lage, reproduzia o que o presidente Costa Silva implantava pelo resto do país. (CORREIA, 2011)

Os estudantes, como em todo o país, também tiveram um papel importante na política do estado. Envolvendo e promovendo passeatas, greves, paralisações, ocupações de prédios em universidade e escolas, os estudantes também repercutiram no estado a luta de oposição ao regime militar e, assim como os outros, também sofreram retaliações e consequências (MELO, 2011).

As revoltas não partiam apenas dos universitários, alunos de escolas de nível médio e integrantes de grêmios acadêmicos também eram expoentes de lutas e sofriam com represálias tanto do governo como dentro da própria escola. Um exemplo é o caso do Colégio Liceu de Goiânia que sempre ganhava as páginas do jornal O Popular. Na matéria “Três diretores do grêmio Félix de Bulhões foram expulsos do Liceu. Com eles são 34 alunos expulsos por serem secundaristas” (O POPULAR, 15-09-1968, p.3). Outro exemplo é o do Colégio Pedro Gomes:

“O diretor do Colégio Pedro Gomes baixou portaria, (...) divulgado ontem, expulsando 24 alunos por considerar: ‘que são incorrigíveis e que as ações por eles praticadas são muito graves, por isso que além de constituírem desrespeito as autoridades, tumultuavam a vida do estabelecimento’” (O POPULAR, 05-09-1968, CAPA)

Além de lutarem juntamente com os universitários em prol dos interesses acadêmicos e de liberdade, os grêmios acadêmicos eram frequentemente alvo dos militares, do Comando Caça Comunista (CCC), e de seus diretores dentro do próprio colégio e viam seus grêmios fechados (ou incendiados, como em outubro, sem nenhuma explicação), seus integrantes expulsos e até mesmo presos. Porém a contraponto da realidade vivida em Goiás, o governador Otávio Lage transparecia uma sensação de tranquilidade e calma pela imprensa goiana. (O POPULAR, 1968)

1. Censura à imprensa no Brasil e em Goiás

A imprensa de modo geral foi bombardeada de proibições, intervenções e recadinhos ditando o que deveria ou não constar em suas páginas. “Com um simples bilhete apócrifo ou telefonema à meia noite, os censores cancelavam páginas e páginas, antes dos jornais as publicarem. Quem topasse a briga, quebrava” (GODINHO; 2004; p.33).

Dessa maneira, jornais perderam páginas inteiras, tiveram que reescrever matérias, outros simplesmente deixavam em branco ou com algum texto desconexo (receitas, poemas, etc.) como forma de protesto. E aos que desobedeciam a essas exigências arcavam com graves consequências, como boicote físico a sede de jornais, financeiro com cortes de investimentos, perda de concessões públicas que as emissoras de rádio e TV dependiam para existir, prisões e retaliações contra o jornalista responsável pelo descumprimento. Segundo o jornalista Javier Godinho: “Se insistisse, a empresa jornalística perdia sua cota

de papel importado. Há mil e uma formas de calar a imprensa para aqueles que detêm os poderes político e econômico.” (GODINHO, 2004).

Algumas redações foram dizimadas, tendo seus jornalistas substituídos por oficiais e militares do exército. Como o exemplo do *Folha da Tarde*, pertencente ao grupo Folha de S. Paulo, que teve sua redação alterada para militares por conta da censura e a necessidade de sobrevivência e adaptação do veículo. Os donos de jornais aceitavam as imposições do governo para não perder seus veículos. Esse cenário iniciado com o golpe de 1964 se acentuou em 1968 com a instauração do AI-5. (FICO, 2004)

Tais práticas ignominiosas, na primeira fase (1964-1968), chegaram a ser denunciadas pela imprensa, mas, a partir da institucionalização da censura política dos jornais advinda com o AI-5 (1968), passaram a ser ocultadas da população (FICO, 2004, p.265)

O Ato Institucional nº5 trouxe a regulamentação da censura, especificamente para vigiar, vetar e punir qualquer ato considerado subversivo pelo governo. Órgãos como CODI-DOI (Centro de Operações de Defesa Interna – Destacamento de Operações de Informações), DCDP (Divisão de Censura de Diversões Públicas), SNI (Serviço Nacional de Informações) entre outros, atormentavam a imprensa de todo país (KUSHNIR, 2004).

Na mesma semana que o regime militar endureceu, em vários órgãos de imprensa os jornalistas mais combativos foram demitidos. (...) Afora as demissões do jornal, a repressão pós-AI-5 os surpreendeu com máxima violência, com invasões de domicílio e prisões ou forçando-os à clandestinidade (KUSHNIR, 2004, p. 255).

Não suficiente a censura sofrida, os meios de comunicação ainda eram obrigados a exercer propaganda para o governo, mesmo quando tinham posição contrária e discordância ao regime militar (KUSHNIR, 2004).

A ditadura jogava bruto, censurava o jornal, sonegava notícias, mentia, manipulava índices de custo de vida. [...] Houve um período em que não se podia acreditar em nada que saía impresso; era publicado nos jornais que um guerrilheiro tinha morrido atropelado, quando na verdade tinha morrido numa cela sob torturas mais bárbaras. (ABRAMO, 1988, p.118,120; apud: KUSHNIR, 2004)

Esse descrédito era consequência da falta de notícias. Não que faltasse fatos, muito pelo contrário, o momento era de grandes acontecimentos, porém faltavam fatos que podiam ser noticiados, então havia uma grande omissão dos acontecidos e uma maquiagem no que era relatado para que saísse de forma aceitável pelos censores. E sem informação,

restavam especulações e boatos. “Uma simples troca de comandantes de unidade militar virava, nos lábios da multidão, possibilidade de levante” (GODINHO, 2004, p.29).

Foi justamente nesta fase de sombras que, em O Popular, colecionamos proibições. Estas chegavam de manhã, à tarde e nas madrugadas. Vinham por escrito e até por telefone. Muitas vezes tínhamos que desmanchar páginas inteiras para que o jornal não fosse recolhido e destruído pela censura. (GODINHO, 2004, p.19)

A imprensa como um todo foi vítima da restrição da liberdade, assim como a sociedade. Entretanto, antes do AI-5 havia certa possibilidade de resistência da imprensa. Para entender como o jornal goiano O Popular atuou durante o ano de 1968, optou-se por identificar quais movimentos de oposição à ditadura militar conquistaram espaço no jornal e de que forma conseguiram contra-agendar o periódico goiano.

2. Jornal O Popular: os movimentos de oposição regionais na imprensa

Assim como a mídia consegue agendar os assuntos do dia, o sentido inverso também é possível. Ou seja, a sociedade civil organizada pode pautar a mídia sobre assuntos do seu interesse. Isso pode ocorrer mesmo em períodos de restrita liberdade de expressão, em períodos ditatoriais como foi o Regime Militar brasileiro. Tal fenômeno é chamado de contra-agendamento, que se caracteriza pelo agendamento que parte da sociedade para a mídia, o que corresponde a uma nova premissa de se compreender o conceito de agenda-setting (SILVA, 2010).

A teoria da agenda-setting consiste na capacidade dos veículos de comunicação de massa em pautar a sociedade sobre os temas a se debater em interações do cotidiano. O sentido inverso do agendamento, ou seja, quando a sociedade consegue pautar os veículos de comunicação, é entendido como contra-agendamento, que remete “a existência de uma outra agenda-setting, na contramão da primeira, (...) a de que a sociedade também tem a sua pauta e as deseja ver atendidas pela mídia e tenta, (...) sob as mais variadas maneiras incluir temas nesse espaço público que é a mídia” (SILVA, 2010, p.85).

Sendo assim, o contra-agendamento compreende um conjunto de atuações, que passam pela publicação de conteúdos na mídia e depende, para seu êxito, da forma como o tema foi tratado pela mídia, “tanto em termos de espaço, quanto em termos de sentido produzido”. Sendo assim, os esforços e execução de estratégias de agendamento da mídia buscam a melhor visibilidade e o melhor tratamento de temas institucionalizados ou em vias de institucionalização (SILVA, 2010, p.85).

Para entender qual foi o contra-agendamento alcançado pelos movimentos regionais de oposição à ditadura militar no jornal O Popular no segundo semestre de 1968, em termos de espaço, foram mapeados todos os movimentos que geraram pautas no jornal e foram utilizados como fontes em notícias e reportagens.

Nesse sentido, o que se pode perceber é que de agosto ao início de outubro há uma concentração de matérias sobre o movimento estudantil goiano, que em sua maioria é mais representado pelos secundaristas, sendo eles que conseqüentemente mais sofriam retaliações. Enfrentaram o fechamento de grêmios estudantis, por parte dos militares ou da própria direção da escola, incêndios misteriosos (o jornal chega a cogitar o envolvimento do CCC em um deles), expulsões de alunos do Pedro Gomes, Colégio Bandeirante, Liceu e IEG e em alguns casos sendo noticiadas até prisões desses alunos menores de idade.

Tabela 1

Movimentos regionais de oposição à ditadura que ocuparam o espaço do jornal O Popular (como fontes e gerando pautas) no segundo semestre de 1968

MOVIMENTO	Julh	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Estudantil	5	9	9	12	7	6	48
Professores			1	2	4		7
AGI	1						1
Clero regional	2	2		1	1	1	7
MDB regional		1		2	1		4
Operários e Sindicatos		1	1				2
Intelectuais e artistas	1	1	1				3
Imprensa	1		1	2	1		5
Total	10	14	13	19	14	7	77

No geral há uma baixa participação de todos os movimentos de oposição como fonte de informação em matérias jornalísticas publicadas no jornal. São poucas as entrevistas diretas com um líder de um partido ou movimento e sublinham-se poucos casos de reprodução de documentos e notas oficiais. Em sua maioria, o que aparece são citações indiretas de fontes que são mencionadas em uma matéria. Por exemplo, quando se noticia uma passeada de estudantes e a matéria traz a informação do envolvimento e apoio do clero, operários, intelectuais e artistas, mas sem a declaração de nenhum deles.

Tabela 2

Movimentos regionais de oposição que geraram pautas ou foram fontes em matérias jornalísticas em O Popular no segundo semestre de 1968

MOVIMENTO	Assunto de Pauta	Fontes	TOTAL
Estudantil	39	9	48
Professores	4	3	7
AGI		1	1
Clero regional	3	4	7
MDB regional	1	3	4
Operários e sindicatos		2	2
Intelectuais e artistas		3	3
Imprensa	3	2	5
Total	50	28	77

O MDB regional aparece como assunto de pauta apenas uma vez, em outubro, com a nota “MDB em peso no Sul” sobre uma reunião do partido na cidade de Itumbiara (por conta de seu aniversário), sem muita informação sobre o que seria tratado nesta reunião, apenas confirmado a presença de quase todos os políticos mais influentes do partido (O POPULAR, 13-10-1968). A quase totalidade das demais aparições do partido, como fonte, são em casos onde o enfoque da notícia é o Arena, como esta: “Bancada goiana da Arena leva governo a derrota”, onde o MDB foi citado no fim da notícia como beneficiário de uma “ajudinha” da Arena regional para favorecer interesses regionais em detrimento do seu partido nacional. (O POPULAR, 08-08-1968)

Entre as notícias em que o MDB aparece como fonte, uma que destoa é a notícia de 23 de novembro, em que 34 jornalistas dos veículos mais influentes do país selecionaram os 30 melhores deputados do Brasil em 1968, em suas determinadas atuações políticas. Entre eles aparece um deputado do MDB goiano, Paulo Campos. Um dado interessante nesta eleição é que dos 30 deputados selecionados, 23 eram da oposição (incluindo o ganhador) contra 7 do partido do governo, o Arena.

Os professores, como apresentados na tabela, também se fizeram presentes como movimento de oposição em Goiás. Aparecem em concentração maior no mês de novembro, onde participaram mais ativamente e obtiveram mais espaços nas páginas do jornal, por conta de um Congresso Nacional de Diretores de escolas ocorrido em Goiânia, movimentando matérias e editoriais no mês todo acerca da educação. Como nesta notícia de

1º de novembro em que: “Professores goianos pedem mudanças em protesto que condena repressão”. (O POPULAR, 1968)

O documento que foi subscrito, segundo os manifestantes, “depois de profundas reflexões sobre a realidade educacional brasileira”, externa as apreensões e preocupações da classe e conclama todos os professores a se unirem ‘pela defesa da liberdade do ensino em nosso país e pela garantia dos direitos humanos constantemente ameaçados. (O POPULAR, 01-11-1968, p.3)

Em uma matéria isolada, a Associação Goiana de Imprensa (AGI) aparece enquanto fonte em julho. No período, conforme o jornal, a AGI se fez presente no Congresso de Jornalistas em Porto Alegre onde conseguiu com sua delegação, a “delegação anhanguera”, marcar um futuro encontro em Goiás da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) para a inauguração da casa do jornalista, em Goiânia. Entre outras questões, foi decidido durante congresso o Código de Ética da profissão. (O POPULAR, *Jornalistas brasileiros tem encontro marcado em Goiânia*, julho de 1968)

O clero goiano motivou três matérias jornalísticas e foram fonte em outras quatro. Conforme se constata, nas quatro matérias, ele se posiciona perante alguma polêmica, como seu envolvimento em movimentos e apoio às decisões da Igreja Católica. O segmento da Igreja em Goiás se fazia presente como oposição, mas não de forma ativa nas ruas. As matérias que o envolviam, eram de apoio moral, tanto às prisões de padres (como ocorreu em Minas Gerais), como declarações em respostas às decisões da Igreja como instituição, nacional ou internacional. Também aparece em apoio aos estudantes, como nesta declaração do Arcebispo de Goiás, Dom Fernando:

lutamos por meio pacífico, democráticos e cristãos pela modificação de mentalidades, estruturas e atitudes que favorecem a desordem, a injustiça e a opressão [...] que os estudantes contariam sempre com nosso apoio moral, quando se tratasse de defender seus legítimos direitos por meios pacíficos e legais; que não poderiam eles contar com nossa colaboração para qualquer movimento ou iniciativas contrárias às normas estabelecidas em nossas declarações... (O POPULAR, 17-08-1968, p.5)

Outra ocasião em que o arcebispo goiano se pronunciou em nome da Igreja local foi na prisão de padres e sacerdotes em Minas Gerais por “práticas subversivas. Nesta ocasião, conforme a matéria com o título “Bispos de Goiás emitem documento em solidariedade aos

sacerdotes presos”, foi enviado um documento em apoio a resistência para a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). (O POPULAR, 12-12-1968)

A imprensa goiana em 1968, antes da instauração do AI-5, com mais jornais regionais circulando na região do que atualmente (muitos não sobreviveram a este período) também se impunha politicamente e alguns até assumiam lados e por conta disso sofriam consequências. Como foi o caso do jornal *5 de março*, que teve uma ação na Justiça por denunciar esquemas de corrupção de empresas privadas e do governo. Sendo acusado por calúnia e difamação, o semanário goiano acabou virando notícia: “Na justiça ação contra o jornal cinco de março” (O POPULAR, 01-10-1968, p.7).

Outro fator curioso que permeou dezembro relacionado à imprensa ocorreu no dia 13 de dezembro. Dia instauração do Ato Institucional nº 5, os jornais O Popular e Tribuna de Goiás tiveram suas edições apreendidas logo cedo pelos militares e algumas emissoras de rádio e TV tiveram sua transmissão interrompida. Conforme divulgado, o jornal Folha de Goiás, dos Diários Associados, teve sua circulação normal, “por não haver publicado senão despachos isolados a respeito da sessão de anteontem da Câmara Federal que negou licença contra o processo do deputado Marcio Moreira Alves”. Essas informações, que ainda explicam a reformulação de O Popular e sua permissão em circular ainda na noite do dia 13, estão contidas em uma matéria do dia seguinte, 14 de dezembro, “Apreendida ontem edição de O Popular”. Porém não foi encontrado arquivo de nenhuma das duas edições do dia 13 de dezembro de 1968.

Os demais movimentos de oposição em Goiás, mapeados no jornal O Popular, eram raramente citados e presentes no jornal, quando apareciam eram menções em movimentos e apoios morais ou presenciais a alguma manifestação ou passeata estudantil. Já que eram eles, os estudantes (principalmente os secundaristas) os que mais movimentavam o cenário de oposição social em Goiás. (O POPULAR, 1968)

Após o AI-5 não há mais presença de notícias regionais de oposição ao regime, o pouco de relatos sobre manifestações, oposições, prisões etc., ocorre sobre as regiões de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Brasília. Sobre isso, o jornal apenas publica conteúdo de agência de notícia.

3. O contra-agendamento do movimento estudantil

Conforme se constata, de todos os movimentos de oposição ao governo militar, o movimento estudantil goiano foi o que mais ocupou espaço no jornal O Popular no segundo

semestre de 1968. De 77 matérias analisadas, o movimento estudantil apareceu, seja motivando pauta, seja enquanto fonte, em 48 matérias jornalísticas. O jornal seguiu os passos do movimento estudantil. O interesse do jornal, inclusive, apresentou a pauta de interesses estudantis e, ainda, agendou aos leitores as ações estudantis que ainda iriam ocorrer (MELO, 2011).

De agosto a novembro, em sete matérias jornalísticas, O Popular agendou sobre ações dos estudantes que ainda iriam ocorrer, como se percebe pelos títulos e respectivas datas de publicação: (14/08) “Estudantes anunciam para hoje três mini-passeata nos bairros”; (16/08) “Secundaristas fazem hoje concentração”; (18/08) “Estudantes preparam passeata de amanhã”; (24/09) “Liceu volta as aulas e alunos fazem assembleia”; (05/10) “Será realizado hoje pela UEE o congresso estadual da UNE”; (19/10) “Estudantes vão decidir hoje no DCE o dia da passeata protesto”; (27/11) “Estudantes empossam hoje nova diretoria da UEE”.

Especialmente no mês de agosto, o jornal agendou as ações do movimento estudantil. No mês anterior, julho, não foi identificado nenhum material correspondente. Um fato que ajuda a compreender estes números é que no início de agosto o líder da UNE (União Nacional dos Estudantes), Vladimir Palmeira, foi preso em manifestação. “Prisão de Vladimir pode desencadear novas desordens”, era a chamada de capa do O Popular em 04 de agosto de 1968.

A prisão do líder estudantil serviu como uma espécie de estopim para manifestações estourarem em todo o país no segundo semestre. Em Goiás, manifestações pelos presos políticos e protestos “sincronizados” com São Paulo e o resto do país começaram a se tornar frequentes.

A manifestação seguinte já era pela libertação dos próprios presos goianos, consequência de protestos anteriores, que ganhavam cada vez mais força (22-08-14 - Estudantes ameaçam greve e passeatas contra prisões, p.5). A partir de então, com uma agenda bastante ativa, o jornal passou a ser um mediador entre os movimentos de oposições e o governo. Em uma página noticiava uma nota oficial da Secretaria de Segurança Pública informando que a polícia de Goiás estava apta a conter qualquer tipo de “rebeldia” e que proibia qualquer manifestação em território estadual (17-08-1968) de outro estava uma nota do jornal informando horário e local da próxima manifestação ou uma reunião entre os estudantes e secundaristas para traçar novos planos (18-08-1968, *Estudantes preparam passeata de amanhã*, p. 5).

Como período era anterior ao AI-5, os estudantes e os demais movimentos estavam mais livres para agir e o jornal também. No fim do mês de agosto e a entrada de setembro o governo começa a reforçar a quantidade de militares por manifestações e os habilita a prender e “conter” qualquer tipo de manifestação, sendo que em julho Costa e Silva proibiu passeatas por todo o país. Então em setembro o jornal já não noticia mais tão de perto a agenda dos movimentos opositores, apenas a repercussão dos fatos, como as prisões feitas, feridos, quantidade de participantes, quem apoiava e em algumas vezes explicava por parte de quem começou a violência.

Em outubro o agendamento se deu a partir do Congresso Estadual da UNE em Goiânia e da prisão e repercussão dos líderes estudantis no Congresso Nacional em Ibiúna (SP). O jornal começa noticiando datas para reuniões e congressos estudantis e termina noticiando reuniões de estudantes pedindo a libertação dos presos goianos. Porém após estas prisões, em 13 de outubro de 1968, não se vê mais com tanta frequência notícias que antecipam as ações do movimento goiano.

O movimento estudantil, já fragilizado pelos “desfalques” das prisões de envolvidos e líderes, acabou perdendo a sua força. Por outro lado, o jornal O Popular apresenta uma mudança editorial a partir de 15 de outubro, após as prisões em Ibiúna (13). Desde então, ocorre uma diminuição informações divulgadas dos movimentos de oposição no mês de dezembro de 1968.

O que ocorre é especialmente o repasse de informação nacional e internacional por agências e acompanhamentos da campanha eleitoral de 1969 até o AI-5. Após a instauração do Ato Institucional 5, as notícias seguintes eram acerca deste fato e sua repercussão. Os movimentos de oposição passam a ser silenciados no jornal.

4. Conclusão

O segundo semestre de 1968 foi agitado em todo o país e repercutiu por toda a imprensa, seja de maneira positiva ou negativa dentro da realidade de cada periódico. Com o jornal goiano O Popular, o único periódico goiano a sobreviver durante todo o período da ditadura militar e existente ainda hoje, não foi diferente. O jornal acompanhou os movimentos sociais goianos de oposição à ditadura de forma que não incomodasse o governo e, com isso, os movimentos conseguiram pautar as discussões tratadas no jornal.

Especialmente o movimento estudantil goiano ocupou o espaço do jornal ao longo do segundo semestre. Não só se fez presente na rua como também impuseram-se na mídia

local. Conseguiram se fazer notícia e geraram relevância tanto que o jornal acompanhou os seus passos e, mais do que isso, antecipou suas ações em notícias.

Entretanto, seja pela sua escrita ou por seu consentimento a qualquer ordem militar de mudança, exclusão ou implementação de conteúdo fizeram com que o jornal O Popular sobrevivesse ao período autoritário e de restrita liberdade. Quando foi imposto o silêncio, o jornal silenciou.

Referências bibliográficas

- CORREIA, Salatiel Pedrosa Correia. A construção de Goiás. Goiânia: Editora UCG, 2011.
- DIRCEU, José. O movimento estudantil em São Paulo. In: Rebeldes e Contestadores. São Paulo: Editora Fundação Abramo, 2008.
- FICO, Carlos. A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura. In.: REIS; RIDENI, “O Golpe militar faz 40 anos” : EDUSC 2004
- GODINHO, Jávier. Imprensa amordaçada. Goiânia: Editora Contato, 2004.
- KUSHINER, Beatriz. Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004
- MELO, Carolina Abbadia. **Resistência em pauta:** movimento estudantil nas páginas de O Popular em 1968. Revista Estudos, vol. 38, n.4, p.707-230, out-dez, Goiânia, 2011
- REIS, Daniel Aarão; MORAES, Pedro de Mello. A paixão de uma utopia. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Pato Sá. A Ditadura Que Mudou o Brasil – 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- RIDENTI, Marcelo. Breve recapitulação de 1968 no Brasil. In: Rebeldes e Contestadores. São Paulo: Editora Fundação Abramo, 2008